



Nova mesa diretora para 2012/2013



Numa votação tranquila, os 24 desembargadores do Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão elegeram, no dia 5 de outubro, a mesa diretora do Poder Judiciário estadual para o biênio 2012-2013. Por unanimidade, foram eleitos os desembargadores Antonio Guerreiro Júnior (presidente), Maria dos Remédios Buna (vice) e Cleones Cunha (corregedor-geral da Justiça). Os três tomarão posse em sessão solene do plenário, marcada para o dia 16 de dezembro.

O presidente eleito disse que dentre seus principais projetos estão a construção da nova sede do Tribunal, no bairro do

Calhau, e a continuidade ao trabalho desenvolvido pela atual gestão do Judiciário.

Guerreiro Júnior ressaltou a importância da integração da Corregedoria Geral da Justiça, órgão que comanda, com o Tribunal de Justiça, presidido pelo desembargador Jamil Gedeon, para alcançar o objetivo de melhorar a prestação jurisdicional na Justiça de 1º grau.

Uma das primeiras medidas anunciadas foi a construção do novo Fórum de Imperatriz. "Imperatriz é um polo-sede no sul do Maranhão, que já merece até o aumento do número de juízes", justificou Guerreiro Júnior.

"Por meio do voto secreto, houve praticamente uma aclamação em torno de três candidatos. Uma eleição tranquila, que mostra que há unidade, há pacificação entre os magistrados. Os novos gestores vão encontrar uma Justiça mais estruturada, uma Justiça melhor, e torço para que eles possam fazer muito mais", declarou Jamil Gedeon.

Cleones Cunha destacou o papel da Corregedoria Geral da Justiça como órgão orientador, fiscalizador e disciplinador.

Além das atribuições pertinentes ao cargo de vice-presidente, como substituir o presidente quando da sua ausência ou

impedimento, Maria dos Remédios Buna disse estar plenamente identificada com as ações sociais desenvolvidas pelo Tribunal, por meio de instituições como a Casa da Criança, Casa Abrigo e Creche Judith Pacheco.

ELEIÇÃO - Como determinam o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão e o Regimento Interno do Tribunal de Justiça, o plenário se reuniu para eleger os novos membros da mesa diretora, dentre os membros mais antigos da Corte, para mandato de dois anos, proibida a reeleição.

PÁGINA **2** Inaugurado novo fórum de João Lisboa

PÁGINA **3** Comarca de Santa Inês ganha fórum padrão

PÁGINA **4** Comarca de São Pedro da Água Branca é instalada

PÁGINA **5** Levantamento analisa segurança de fóruns e juízes

EDITORIAL



O modelo de gestão implantado na atual gestão está permitindo a concretização das obras de construção e revitalização de fóruns, criando – no âmbito do Judiciário – condições estruturais para garantir um trabalho efetivo da Justiça diante da grande demanda processual.

Com um trabalho focado no alcance do modelo de Justiça esperado pela sociedade, inauguramos, em outubro, os fóruns de João Lisboa e Santa Inês, dois importantes investimentos que vão contribuir decisivamente para a melhoria da prestação jurisdicional nas duas comarcas, garantindo a qualidade dos serviços prestados pelo Judiciário à população.

Ainda em outubro, tivemos a satisfação de instalar a comarca de São Pedro da Água Branca, até então termo judiciário de Imperatriz, transformada agora em unidade jurisdicional do Poder Judiciário. Instalamos também, em São Luís, a 2ª Vara de Entorpecentes, uma reivindicação antiga dos juizes, desembargadores e membros das câmaras criminais, tendo em vista a quantidade de processos dessa natureza em tramitação e a necessidade de uma resposta do Judiciário à sociedade diante do aumento assustador do consumo e tráfico de drogas.

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos também já é uma realidade no Maranhão. Instalado na comarca de Imperatriz, em parceria com a Faculdade de Ensino Santa Teresinha, o Centro surge como uma importante alternativa para evitar o ajuizamento de novas ações, incentivando a cultura da conciliação e mediação, como forma de desafogar o Poder Judiciário.

Inauguramos ainda, a sala de convivência dos magistrados aposentados. Instalada no novo centro administrativo do Tribunal de Justiça, em São Luís, ela será um espaço para troca de idéias e congraçamento entre aqueles cuja contribuição histórica para o fortalecimento do Poder Judiciário é inegável.

Outubro foi um mês bastante produtivo e como sempre o Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário buscou novas iniciativas para a reinserção de apenados na sociedade, firmando, desta vez, parceria com o Serviço Nacional da Indústria e com a Secretaria de Administração Penitenciária, visando garantir a qualificação profissional de egressos do sistema carcerário.

Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto
Presidente

Fórum de João Lisboa é inaugurado com projeto ambiental



O Tribunal de Justiça inaugurou, em outubro, um fórum-padrão com 867,00m², em João Lisboa, comarca próxima a Imperatriz. O prédio – erguido em oito meses – custou R\$ 1.270.000 da receita do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário. A solenidade de inauguração aconteceu no salão do júri do fórum, com a presença de juizes de direito, promotores de Justiça, advogados e lideranças políticas da Região Tocantina. Durante a programação, foi lançado o programa “Uma sentença, uma árvore”, pelo qual será promovido o reflorestamento de áreas degradadas com o plantio de mudas a cada sentença judicial emitida.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, descerrou a placa de inauguração, com os juizes Flávio Soares (1ª vara), José Nilo Ribeiro (auxiliar da Corregedoria) e Márlon Reis (2ª vara) e disse que este é o sexto fórum entregue em sua gestão, lembrando que inaugurou também os fóruns de Estreito e Carolina, deu início à construção do de Porto Franco e está reformando outros na Região Tocantina, de um total de 63 que passam por melhorias em todo o Estado.

“O desembargador Jamil Gedeon entra para a história do Judiciário maranhense como o presidente que priorizou os investimentos do Tribunal na Justiça de 1º grau. Hoje temos um fórum com estrutura física adaptada aos serviços judiciários”, destacou o diretor do fórum, juiz Flávio Soares.

O novo fórum de João Lisboa foi construído em um terreno de 1842,00m² com amplas e modernas dependências, com ambientes para recepção, almoxarifado, depósito, Centro de Processamento de Dados, copa, arquivo, salas para a OAB e Ministério Público, gabinete do juiz anexo às salas de

audiência, banheiros públicos adaptados para portadores de necessidades especiais e estacionamento. O prédio tem o nome do desembargador falecido Nicolau Dino de Castro e Costa, que foi presidente, vice-presidente e corregedor do Tribunal de Justiça. Filho do desembargador, o advogado Sálvio Dino, ex-prefeito de João Lisboa, ressaltou em seu discurso que, “como advogado e cidadão, nunca viu gestão tão dinâmica e voltada para a melhoria dos serviços judiciários. A Justiça do Maranhão hoje tem novo perfil”, afirmou.

O desembargador Antonio Bayma, decano do Tribunal, compareceu à inauguração e disse que, dentre outras qualidades, o fórum é muito moderno para uma cidade pequena como João Lisboa e suportará, com envergadura, a demanda processual durante muitos anos. “Não há nem como comparar esta nova sede com a antiga”, observou o magistrado.

PROGRAMA - O lançamento do Programa “Uma Sentença, uma árvore” foi feito pelo idealizador da iniciativa, juiz Márlon Reis, que anunciou, na oportunidade, a adoção de uma praça da cidade como modelo de implantação do programa. “Essa ideia nasceu em João Lisboa, mas hoje é um projeto institucional do Poder Judiciário estadual”, destacou. Diante do fórum, foram plantadas mudas de jumbo em homenagem aos ambientalistas Chico Mendes e Wangari Maathais, e aos religiosos assassinados Dorothy Stang e Padre Jósimo Tavares, que defenderam causas ambientalistas e a posse da terra por lavradores, respectivamente.

Durante as solenidades, foram exibidas apresentações da banda do 50º BIS, coral infantil e um vídeo institucional do Programa “Uma sentença, uma árvore”.



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto
Presidente

Desa. Cleonice Silva Freire
Vice-presidente

Des. Antonio P. Guerreiro Júnior
Corregedor Geral da Justiça

Des. Antonio Fernando Bayma Araújo
Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf
Des. José Stélio Nunes Muniz
Des. Raimundo Freire Cutrim
Des. Cleones Carvalho Cunha

Desa. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa
Des. Benedito de Jesus Guimarães Belo
Desa. Maria dos Remédios Buna Costa Magalhães
Desa. Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz

Desa. Raimunda Santos Bezerra
Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos
Des. Marcelo Carvalho Silva

Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Des. Paulo Sérgio Velten Pereira
Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa
Des. Raimundo Nonato de Sousa
Des. Jaime Ferreira Araújo

Des. Raimundo Nonato Magalhães Melo
Des. José Bernardo Silva Rodrigues
Des. José de Ribamar Fróz Sobrinho
Des. José Luiz Oliveira de Almeida

Raimundo Moraes Bogéa
Sônia M. Amaral Fernandes Ribeiro
Juizes Auxiliares

EXPEDIENTE

TJ Notícias é uma publicação
do Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão

Assessoria de Comunicação
da Presidência

Av. Pedro II - Centro - São Luís-MA
CEP: 65.010-905 - Fone: 2106-9000

Twitter: @TJ_MA
Site: www.tjma.jus.br
E-mail: asscom@tjma.jus.br

Jornalista Responsável:
Helena Barbosa (MTE-391-JP)

Reportagem:
Amanda Mouzinho, Andréa Colins,
Antônio Carlos de Oliveira, Irma Helenn,
Joelma Nascimento, Juliana Mendes,
Paulo Lafene e Orquídea Santos

Diagramação:
Tiago Erre

Fotos:
Asscom/Ribamar Pinheiro

Comarca de Santa Inês ganha fórum padrão



Inaugurado no dia 21 de outubro, pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Jamil Gedeon, o novo fórum de Santa Inês, a 255 Km de São Luís. Depois de mais de 40 anos de instalação (Lei nº 2.814, de 04 de dezembro de 1967), o fórum passou a funcionar em prédio próprio localizado na Rua do Bambu, no centro da cidade. Além de Santa Inês, a comarca atende à população da cidade de Bela Vista do Maranhão.

A obra – que custou cerca de R\$ 1,3 milhões, abriga três varas e um juizado especial. O prédio ocupa uma área de 1.237,64 m², sendo 857,33 m² destinados às varas e juizado. O espaço é 60% maior que o antigo prédio onde funcionou o fórum e está projetado para futuras ampliações. O salão do júri – que terá auditório com capacidade para 108 pessoas, ocupando uma área de 380,31 m² – encontra-se em obras, com previsão de término para dezembro de 2011.

O prédio possui salas de audiência,

mediação e gabinetes. Dispõe também de recepção, secretarias judiciais, centro de processamento de dados, setor de distribuição, copa, arquivo, área destinada aos advogados e ao Ministério Público, banheiros, estacionamento público para 30 vagas, dentre outras dependências. Rampas especiais e adequações no projeto possibilitam a acessibilidade de deficientes físicos.

De acordo com relatório da Divisão de Material e Patrimônio, 267 itens, incluindo móveis, utensílios, computadores e aparelhos de ar-condicionado foram enviados para reequipar as varas e o juizado. Uma equipe de trabalho composta por 58 servidores, entre analistas, técnicos e auxiliares judiciários, oficiais de justiça, secretários judiciais e assessores, vai atuar na comarca. “É uma obra que vem contribuir decisivamente para a melhoria da prestação jurisdicional em Santa Inês, garantindo a qualidade dos serviços prestados à população e o funcionamento adequado dos órgãos judiciais”,

afirmou o presidente do TJMA, Jamil Gedeon, anunciando, na ocasião, a aprovação, pela Assembleia Legislativa, do projeto de lei que criou mais uma vara para aquela comarca. A demanda judicial na comarca é de 10.918 processos, distribuídos entre as varas e o juizado.

A juíza Larissa Tupinambá disse que com o novo fórum as atividades judiciais passam a ser desenvolvidas em local adequado, com mais comodidade e conforto, tanto para os juizes e servidores quanto para o público que precisa da Justiça. “A obra é um monumento prático e útil para aqueles que recorrem ao Poder Judiciário. Estamos com um fórum próprio, modernizado e preparado para saltos bem maiores”.

A solenidade de inauguração foi acompanhada pelos desembargadores José Joaquim Figueiredo dos Anjos, Raimundo Nonato de Souza e Etelvina Ribeiro Gonçalves (aposentada), pelo prefeito de Santa Inês, Raimundo Robert Bringel, pelo presidente da Câmara Municipal, João Batista Melo, pelo chefe da Casa Civil do Governo do Estado, Luis Fernando Silva, pelos deputados Ribamar Alves (federal), André Fufuca, Francisca Primo e Vianey Bringel (estaduais), e pelos diretores do TJMA, Francisco das Chagas Pereira (administrativo) e Alessandra Darub (geral). O padre Ivo Ritter, pároco de Santa Inês, que abençoou a cerimônia, o presidente da Subseção da OAB, Marcos Antonio Gouveia, e o tesoureiro da AMMA, Juiz Alexandre Lopes Abreu, também acompanharam a inauguração.

DEMANDA - A comarca faz parte do polo judicial de Bacabal e se destaca pela crescente demanda processual. Atualmente, 10.918 processos tramitam na unidade, sen-

do 3.491 na 1ª vara, 1.499 na 2ª vara, 3.628 na 3ª vara e 2.300 no Juizado Especial. A alta demanda se explica pelo fato do município – que tem cerca de 78.182 habitantes – estar localizado num importante entroncamento rodoviário, com acessos à BR-316 e BR-222, além da Ferrovia Carajás. A segurança no novo prédio será reforçada, com a inclusão de mais um posto de vigilância armada 24 horas. No total, sete homens, entre policiais militares da reserva e vigilantes terceirizados, vão atuar nos plantões.

PROJETO NOVO - O fórum funcionava em imóvel cedido pela prefeitura. Devido à ação do tempo, o prédio apresentava estrutura física deteriorada, com instalações elétrica, hidráulica e lógica deficientes, com problemas de iluminação e sem condições de acesso para pessoas com problemas de locomoção. A construção do fórum foi iniciada em 2005, em terreno doado pela prefeitura. Após várias paralisações, a obra foi retomada em janeiro de 2011, quando o presidente do Tribunal homologou nova licitação, autorizando a conclusão da obra.

O projeto foi modificado para incluir o salão de júri e área de urbanização. Na primeira fase, o valor estimado da obra era de R\$ 670 mil. Com as modificações e benfeitorias acrescentadas, os investimentos foram calculados em R\$ 1.276.103,50.

O fórum leva o nome do desembargador João Miranda Sobrinho, ex-corregedor da justiça e presidente do TJMA no biênio de 1996/1997, quando colocou em execução a lei da estatização das serventias judiciais e ampliou o número dos juzizados especiais. A homenagem também foi destacada pela atuação do magistrado nos projetos de modernização dos serviços judiciais.

Judiciário instala a 2ª Vara de Entorpecentes de São Luís



Em solenidade prestigiada por desembargadores e juizes, foi instalada, em outubro, a 2ª vara de Entorpecentes de São Luís,

membros das câmaras criminais do Tribunal, em vista do crescimento da demanda

no anexo do fórum “Desembargador Sarney Costa”, no Calhau. A secretaria judicial da unidade funcionará provisoriamente junto à 1ª vara, na antiga sede.

Ao instalar a vara, o presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, disse que a implantação dessa unidade era uma reivindicação antiga dos juizes e desembargadores e

nessa área.

A 2ª Vara de entorpecentes foi criada pela Lei Complementar 104/2006, em face da quantidade de processos dessa natureza em tramitação – 2.600 processos, com 490 réus presos e audiências marcadas até o mês de março do ano que vem. O Tribunal aprovou a instalação da vara em 2007. O presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, disse que a inauguração da vara vem dar uma resposta à sociedade, diante do aumento assustador do tráfico e do consumo de drogas, principalmente em São Luís.

O juiz da 1ª vara de entorpecentes, Itacírio Paulino da Silva, disse que agora todos os processos existentes serão distribuídos entre as duas varas, o que vai melhorar a celeridade na tramitação dos processos e,

consequentemente, evitar o acúmulo da demanda.

Além de um juiz de Direito, a nova vara conta com dois cargos comissionados de secretário judicial e assessor jurídico; três técnicos judiciários; dois auxiliares; dois oficiais de justiça e um analista judiciário.

Prestigiaram a instalação da vara os desembargadores Lourival Serejo, Cleones Cunha, José Luiz Almeida, José Bernardo Rodrigues, os juizes auxiliares da Corregedoria Geral da Justiça, José Nilo e Ariane Mendes; o diretor do Fórum, Raimundo Barros; juizes de Direito de diversas varas da capital, a diretora geral do TJMA, Alessandra Darub, a diretora geral da Corregedoria, Sumaia Heluy, juizes, advogados, servidores, dentre outros.



Comarca de São Pedro da Água Branca é instalada

O termo judiciário de São Pedro da Água Branca foi desmembrado de Imperatriz e transformado em uma unidade jurisdicional pelo Poder Judiciário. A instalação da nova comarca – que aconteceu em outubro – faz parte do projeto de reestruturação da Justiça de 1º Grau, implementado pela atual gestão, que está concluindo a construção de 20 fóruns e a revitalização de mais 60.

A distância entre o antigo termo e a sede do fórum, em Imperatriz, foi um dos principais motivos considerados pelo Tribunal para criar a nova unidade, que deu início aos trabalhos forenses com cerca de 600 processos, a maioria da Fazenda Pública. O juiz Joaquim da Silva Filho, da Vara da Fazenda de Imperatriz, está respondendo pela comarca.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, disse que era necessário aproximar os moradores da cidade da Justiça, vez que a sede da comarca de Imperatriz fica a cerca de 180 quilômetros.

Na oportunidade, Gedeon conversou com o prefeito sobre a doação de um terreno para a construção da sede própria do Judiciário naquela comarca. A sede atual

inaugurada foi instalada em um imóvel residencial adaptado pelo Tribunal.

A comarca foi criada há seis anos, pela Lei Complementar Nº 87 de 19 de julho de 2005, mas a sua instalação só foi aprovada pelo Pleno do Tribunal de Justiça em 24 de janeiro de 2007. Desde de fevereiro do ano passado, a cidade passou a contar com serviços de registros públicos, com a instalação da primeira serventia extrajudicial autorizada pelo Tribunal de Justiça.

PRESENÇA DA JUSTIÇA - A nova comarca terá como termo Vila Nova dos Martiros, também desmembrado da antiga sede. Em Imperatriz tramitam atualmente 27 mil processos de varas, juizados e turma recursal.

“São Pedro fica próximo à porta de entrada da divisa com o Pará e por isso é necessária a presença de um juiz na cidade, assim como para evitar que os moradores tenham que se deslocar até Imperatriz para resolver seus conflitos”, disse o juiz Adolfo Pires da Fonseca, diretor do fórum de Imperatriz.

A cidade de São Pedro da Água Branca



tem apenas quinze anos de emancipada e conta hoje uma população de 12.028 habitantes, segundo levantamento do IBGE do ano de 2010.

CASAMENTO - Antes da instalação a comitiva do Judiciário e autoridades participaram do casamento comunitário promovido pela comarca de Imperatriz, com a participação de 61 casais, na Igreja evangélica

local, onde o presidente do TJMA entregou a certidão ao casal mais antigo: Luís e Maria de Lourdes Silva, com 69 anos e 66 anos, respectivamente.

A cerimônia foi realizada pelo juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto, da 2ª Vara de Família da comarca de Imperatriz, com auxílio de outros magistrados, em parceria com a tabeliã do cartório, Rita de Kássia Gomes, e a Prefeitura Municipal de São Pedro.

Obras de ampliação do fórum de São Luís são inspecionadas



Acompanhado pelos desembargadores Jorge Rachid e Cleones Cunha (corregedor geral de Justiça eleito), membros da Defensoria Pública e juizes, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Jamil Gedeon, inspecionou, duas vezes, em outubro, a obra de construção do anexo do fórum de São Luís, que irá

triplicar as atuais instalações das varas da Justiça comum na capital.

Na obra – que terá 46 mil metros quadrados de área construída, com cerca de 50 mil metros quadrados de área total – foram investidos R\$ 57 milhões. “Os investimentos buscam a eficiência e a celeridade dos pleitos processuais que correm na Justiça de

entrância inicial, incluindo-se no projeto de valorizar e estruturar a Justiça de 1º Grau. É uma obra de grande importância para o fortalecimento da Justiça maranhense”, apontou Gedeon.

Nas duas visitas, o presidente do TJMA percorreu as dependências do anexo e visitou os serviços de finalização do acabamento da obra, que incluem a montagem da fachada de vidro laminado, forro, conclusão das instalações elétrica, lógica e de telefonia e a implantação do sistema de ar-condicionado, pintura geral e paisagismo.

“O antigo prédio do fórum foi projetado em 1986. O Poder Judiciário evoluiu e precisa oferecer melhores condições de trabalho aos magistrados e servidores para que possam prestar um serviço de qualidade à sociedade”, salientou Gedeon.

A atual sede do fórum deverá abrigar o setor administrativo. A área nova será ocupada pelas varas judiciais, sendo 16 em cada pavimento, oito em cada lateral do

prédio, do terceiro ao sétimo andar. O térreo e os dois primeiros pavimentos serão destinados ao estacionamento privativo de magistrados e salão de júri. O público visitante utilizará as vagas situadas na parte externa do prédio.

No subsolo ficarão arquivos, área de serviço, Centro de Processamento de Dados e celas de detenção para presos de Justiça que comparecerem a julgamento.

O desembargador Jamil Gedeon confirmou a previsão de inauguração das novas instalações do fórum para o dia 8 de dezembro – Dia da Justiça. “Estamos tomando todas as providências para que as obras tenham seguimento e sejam concluídas no prazo previsto”, disse o desembargador.

Acompanharam Gedeon nas visitas os juizes Raimundo Barros, diretor do fórum; José Nilo Ribeiro e Ariane Mendes, auxiliares da Corregedoria; Raimundo Ferreira, Marcelino Ewerton, Ronaldo Maciel, José Edilson Caridade, Carlos Veloso, José Afonso Lima, Itaércio Neves, Gilberto de Moura Lima (2ª vara do Júri), o defensor público-geral, Aldy Mello, a subdefensora-geral, Mariana Almeida, os diretores Antonio José Lago (Engenharia) e Sumaia Heluy (Corregedoria), os gerentes do Banco do Brasil, José Lúcio Reis e Maria do Socorro Santos, e profissionais da construtora Lotil.

Convênio garante qualificação profissional de apenados



Convênio celebrado, em outubro, entre o Tribunal de Justiça (TJMA), a Defensoria Pública, Secretaria de Justiça Administração Penitenciária e o Departamento Regional do Serviço Nacional da Indústria (Senai) vai garantir a qualificação profissional daqueles que cumprem penas em todo o Estado do Maranhão, ajudando na reinserção dos mesmos no mercado de trabalho e na sociedade.

“Esta é uma das etapas que estão sendo cumpridas, conforme planejamento elaborado pela equipe formada pelo TJMA, por intermédio do Grupo de Monitoramento, Fiscalização e Acompanhamento do Sistema Carcerário e pela Sejap. O Judiciário vem fazendo sua parte para ajudar a mudar a realidade da execução penal no país”, ressaltou o desembargador Froz Sobrinho, coordenador regional do Grupo de Monitoramento e coordenador nacional do programa Começar de Novo, idealizado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Para o defensor público geral Aldy Mello, fazer parte deste novo momento é mostrar para a sociedade que a Defensoria não apenas presta assistência jurídica gratuita aos que dela necessitam, atuando também de forma ampla no acompanhamento de re-

formas de unidades prisionais, propondo alternativas, com o intuito de reduzir a criminalidade. “O nosso desafio é transformar a justiça criminal em uma justiça social”, concluiu.

REINCIDÊNCIA - No Maranhão, o índice de reincidência é preocupante. Enquanto a média nacional apresenta um percentual de 70%, o índice de reincidência no Estado atinge a marca de 80%, sendo este o principal ponto que deve servir de referência para o estabelecimento da política de reinserção social, com o oferecimento de cursos de qualificação profissional.

ASSINATURA - Assinaram o convênio o secretário estadual de Administração Penitenciária, Sergio Tamer, o desembargador Fróz Sobrinho, os defensores públicos Aldy Mello (geral), Alberto Bastos e João Alberto, o vice-presidente da Fiema, José Ribamar Fernandes, e o diretor do SENAI, José Alberto.

Participaram ainda da solenidade as defensoras públicas Mariana Albano (sub-defensora) e Fabíola Barros (corregedora), o frei Ribamar Cardoso e a secretária Lícia Dias (Programa Começar de Novo).

Prazos processuais serão suspensos

Em sessão realizada em outubro o Pleno do TJMA decidiu suspender – no período de 20 de dezembro de 2011 a 6 de janeiro de 2012 – os prazos processuais, audiências e publicações do Poder Judiciário. A decisão segue entendimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que na Resolução n.º 8 regulamentou sobre o funcionamento do expediente forense durante o período natalino. As atividades judicantes serão atendidas

pelo plantão judiciário no período.

A questão foi colocada em votação após manifestação da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA), que sugeriu a suspensão dos prazos processuais, audiências e publicações no mencionado período, como forma de garantir à classe um descanso, uma vez que os profissionais de advocacia possuem uma rotina exaustiva e incessante, sem direito a férias.

Eleito novo diretor do fórum da comarca de São Luís

O juiz Sebastião Bonfim, titular da 7ª Vara Criminal de São Luís, será o diretor do Fórum da capital no biênio 2012-2013. Indicado pelo corregedor-geral da Justiça eleito, desembargador Cleones Cunha, Bonfim foi eleito por unanimidade em sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), realizada em outubro.

Será a terceira vez que o juiz assumirá o cargo de diretor do Fórum Desembargador Sarney Costa. Durante a gestão do desembargador Jamil Gedeon à frente da Corregedoria Geral da Justiça, ele sucedeu o juiz Raimundo Bogéa por um ano e seis meses.

Na gestão do atual corregedor-geral, desembargador Antônio Guerreiro Junior, Bonfim ocupou o cargo durante três meses,

mas teve que se afastar por problema de saúde.

MANDATO - O artigo 100 do Regimento Interno do TJMA trata da eleição para diretor do Fórum da comarca de São Luís e fixa mandato de dois anos, não sendo admitida a recondução. O parágrafo único informa que o corregedor-geral da Justiça recém-eleito poderá sugerir ao Plenário, antes da votação, o nome de juiz de direito da capital; o que foi feito pelo desembargador Cleones Cunha. O futuro corregedor-geral da Justiça também sugeriu – e o Pleno aprovou – os nomes dos juízes Alice Prazeres e Nélson Martins Filho para atuarem como juízes-corregedores, a partir de janeiro.

Levantamento avalia segurança de fóruns e magistrados



Para realizar um levantamento sobre as condições de segurança pessoal de magistrados e servidores, bem como a segurança das instalações físicas dos fóruns, o assessor de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Carlos Eduardo Pacheco, está visitando juizados e varas da capital e do interior.

Nas inspeções também são verificadas as situações de vulnerabilidade na segurança de portas, janelas, telhados, a rotina de trabalho de magistrados e servidores, além das condições de moradia dos juizes, em residências ou alojamentos.

“A medida visa fortalecer a segurança institucional preventiva e reativa. As visitas permitem fazer um relatório com as informações necessárias para dotar todas as comarcas de estrutura para atender às demandas referentes à segurança de magistrados e de fóruns, utilizando a força de trabalho de

policiais militares da reserva ou os serviços dos postos de vigilância privada”, explicou o assessor de segurança institucional.

Pacheco ressaltou que o TJMA está implantando segurança eletrônica nas comarcas. Dezesesseis postos estão em operação e mais 34 novos postos foram autorizados. Com esses, sobe para 50 o número de postos de vigilância armada criado pelo Tribunal para as unidades judiciárias do Estado.

Em São Luís, foram visitadas as Varas de Entorpecentes, de Execuções Criminais (1ª) e de Cartas Precatórias. No interior, o assessor esteve nas comarcas de Bacabal, Caxias, Codó, Estreito, Imperatriz, João Lisboa, Raposa, Rosário, Santa Inês, São José de Ribamar, São Mateus, Timon, Tuntum e Zé Doca, Axixá, Barreirinhas, Humberto de Campos, Icatu, Arari, Matões do Norte, Olho D’água das Cunhãs, Pindaré-Mirim, Pio XII e Vitorino Freire.



Instalado Centro Judiciário de Conciliação em Imperatriz



Foi instalado o primeiro Centro Judiciário de Solução de Conflitos do Maranhão, na cidade de Imperatriz, em 07 de outubro. A unidade vai funcionar nas instalações do escritório-modelo da Faculdade de Ensino Santa Teresinha (FEST).

A implantação do Centro cumpre Resolução n.º 127/2010, do Conselho Nacional de Justiça, que determinou a criação, pelos tribunais de Justiça dos estados, de núcleos permanentes de métodos consensuais e a instalação de centros judiciários de solução de conflitos para realizarem sessões de conciliação e mediação entre partes.

A prestação desse serviço foi possível com a assinatura de convênio entre o Tribunal de Justiça e a Faculdade, assinado pelos desembargadores Jamil Gedeon, presidente do Tribunal de Justiça, Lourival Serejo, coordenador do Centro, e pela professora Vilmária Araújo Mota, coordenadora do curso de Direito.

“O centro irá possibilitar a mediação visando evitar o ajuizamento de novas ações no Juizado, que recebe, atualmente, cerca de 250 processos por mês”, destacou o juiz Marcos Antonio Oliveira, titular do Juizado

em Imperatriz, que irá coordenar os trabalhos do centro na comarca.

Coordenador pelo Tribunal de Justiça, o desembargador Lourival Serejo ressaltou que o Poder Judiciário está apostando em soluções alternativas de solução de conflitos, diante do acúmulo da demanda processual decorrente do nível de conscientização das pessoas sobre seus direitos. “O juiz vai interferir apenas no final, na hora de homologar o acordo. Os protagonistas da ação serão as partes”, disse.

Na ocasião, o presidente do TJMA, Jamil Gedeon, destacou que o Maranhão foi o oitavo lugar em número de audiências realizadas e acordos homologados no movimento nacional pela conciliação promovido pelo CNJ no ano passado e anunciou a criação de mais uma Turma Recursal para a comarca, responsável pelo julgamento dos recursos contra decisões de juizados especiais.

“Somos servidores públicos e devemos prestar serviços de qualidade”, concluiu.

Participaram da assinatura do convênio a supervisora dos Juizados Especiais, juíza Francisca Galiza, diretores do TJMA e juizes da Região Tocantina.

I Mostra de Documentos Históricos do TJMA

Realizada no auditório do Tribunal de Justiça do Maranhão, em outubro, a I Mostra de Documentos Históricos do Judiciário. No evento, foram expostos também livros e trabalhos acadêmicos baseados em pesquisas feitas nestes documentos sob a custódia do TJMA. O evento teve o apoio da Diretoria Administrativa e foi aberto à visitação pública.

O Tribunal de Justiça mantém cerca de 80 mil documentos em 4 mil caixas-arquivo. Dentre os livros importantes, se destacam

“O crime da Baronesa”, escrito pelo juiz Eulálio Figueiredo, e “O senhor Antonio Lobo”, de autoria do escritor Carlos Gaspar.

Segundo a coordenadora Liana Rachel (Arquivos e Documentos Históricos), a intenção é divulgar a história, através do resgate da memória. Ela cita como exemplo de publicação que está disponível na Mostra, a ‘Carta da Relação’, que é o documento de criação, em 1813, do ‘Tribunal da Relação’, antigo nome do Tribunal de Justiça.

TJMA e Prefeitura de São Luís assinam Termo de Cooperação

A garantia dos direitos de crianças e adolescentes ganhou mais um aliado em São Luís, com a assinatura do Termo de Cooperação Operacional entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e a Prefeitura de São Luís, que estabelece a parceria institucional para efetivação do “Projeto Padrinho”. O objetivo é incentivar pessoas a apadrinhar meninos e meninas abrigados, a partir de 5 anos, com apoio material, profissional e educacional.

O Termo foi assinado pelo presidente do TJMA, Jamil Gedeon, e a secretária municipal da Criança e Assistência Social, Roseli Ramos. O projeto será executado pela 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, que tem como titular o juiz José Américo Abreu.

O presidente Jamil Gedeon destacou o alcance fundamental do projeto no processo de reinserção das crianças e adolescentes

abrigados, ao estimular o exercício da cidadania com uma relação direta entre a criança e o padrinho ou madrinha. Para o juiz Américo Abreu, a manutenção dos vínculos dos meninos e meninas com a comunidade é outro ponto positivo da ação.

Participaram da solenidade a promotora substituta da 1ª Vara da Infância, Sandra Fagundes Garcia; o coordenador da 1ª Vara da Infância, Sérgio Duarte e a secretária adjunta da Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas), Eloína Abrantes.



Magistrados aposentados têm sala de convivência



A sala de convivência do TJMA – destinada aos magistrados aposentados – foi inaugurada, em outubro, no centro administrativo do Poder Judiciário, na Rua do Egito, pelo presidente do TJ, desembargador Jamil Gedeon.

O presidente do TJMA ressaltou que “a sala vai servir para o encontro de magistrados aposentados, que terão à sua disposição uma programação de filmes, palestras, dentre outras atividades culturais”. Ele afirmou que “todos os magistrados aposentados deram uma contribuição histórica para o fortalecimento do Poder Judiciário”. A sala servirá para o conagração dos magis-

trados aposentados, que agora contam com um local para trocar ideias e interagir

O evento contou com a presença da vice-presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Silva Freire, dos desembargadores José Luiz Almeida, Froz Sobrinho, Lourival Serejo, Jaime Araújo, Paulo Velten, Anildes Cruz, Graças Duarte, da supervisora dos Juizados Especiais, juíza Francisca Gualberto de Galiza, dos magistrados aposentados Julio Aires, Vicente Ferreira Lopes, Militão Vasconcelos, Dulce Clementino, Etelvina Ribeiro Gonçalves, Josefa Ribeiro, Benedito Tavares, Ivan Serejo Chaves e Maria José de Sousa Roma.